



Parlamentares debatem prazo da CPI do Cachoeira

Relator diz que tem elementos para apresentar relatório antes de 4 de novembro, mas líderes reúnem-se terça-feira para avaliar se trabalhos devem ser prorrogados

O relator da CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha, negou ontem que as investigações serão interrompidas caso os trabalhos não sejam prorrogados em até 180 dias. Ele garantiu que já tem informações para produzir um relatório consistente e argumentou que

“prazo existe para ser cumprido”.

A prorrogação depende da concordância de 171 deputados e 27 senadores. Pedro Taques e Randolfe Rodrigues iniciaram coleta de assinaturas para adiar o fim da CPI, alegando que há mais de 500 requerimentos a serem apreciados. **3**



Juliana Soares/Senado, Relações Públicas

Diretores da Casa e senadora Ana Rita (D) abrem exposição

Exposição lembra 85 anos da 1ª legislação do país para crianças

Com a participação de integrantes do Centro de Convivência de Planaltina Central (DF), o Senado inaugurou, ontem, a

exposição *Era uma Vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*, do Decreto 17.943-A/27 até hoje. **2**



Ana Amélia discursa em encontro da CNM, do qual também participaram Alvaro Dias e Cidinho Santos: em defesa de um novo pacto federativo

Marcos Oliveira/Agência Senado

Eduardo Braga exalta resultado da indústria 4


Anibal Diniz anuncia recuperação de rodovias 4

Senadores apoiam municípios endividados

Em reunião da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Alvaro Dias, Ana Amélia e Cidinho Santos destacaram que muitos prefeitos não estão conseguindo fechar as contas devido a medidas do

governo federal, como a concessão de desonerações, que provocaram redução dos repasses aos municípios, e à imposição de novas despesas. Os senadores defenderam a revisão do pacto federativo. **4**

Alagoana vence a quinta edição do Concurso de Redação



JOVEM SENADOR
5º Concurso de Redação do Senado Federal
Meu município, meu Brasil

Tema: Meu município, meu Brasil
Modalidade: Dissertação

Brasil, uma mãe gentil para os filhos de seus municípios

Com mais de cinco mil municípios e com idade superior a quinhentos anos, o Brasil é entecado como uma "mãe gentil para os filhos deste país", dentre os quais um ecótipo de sessenta e cinco, chamado Funquense Cidade esta que, para crescer em saúde, educação e aspectos socioeconômicos, acompanhando o ritmo desse "impávido edecado", precisa muito que a gente lize de sua nação espelhe essa grandeza.

A dissertação da estudante alagoana Layane Rayelle Marinho foi a campeã da quinta edição do Concurso de Redação do Senado. Em segundo lugar ficou Bruna Clemente Gontijo, de Minas Gerais, e em terceiro, Rodrigo de Brito Sá, do Piauí. A etapa seguinte é o Projeto Jovem Senador, em que os 27 finalistas exercerão, de forma simulada, o mandato de senador, de 19 a 22 de novembro. **2**

Agora, os 27 finalistas da quinta edição do Concurso de Redação do Senado vão participar do Projeto Jovem Senador, em Brasília, quando simularão o exercício de um mandato

Estudante alagoana vence concurso de redação

A DISSERTAÇÃO *BRASIL, uma Mãe Gentil para os Filhos de seus Municípios*, da estudante alagoana Layane Rayelle Silva Marinho, foi a campeã da quinta edição do Concurso de Redação do Senado. O anúncio dos três primeiros colocados foi feito ontem pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Em segundo lugar ficou o texto *Minha Cidade, Berço de um Patrimônio Imaterial*, da representante de Minas Gerais, Bruna Clemente Gontijo. O finalista do Piauí, Rodrigo de Brito Sá, classificou-se em terceiro com a redação *Meu Município: uma peça no quebra-cabeça brasileiro*.

Agora, os 27 finalistas do concurso, um por estado, vão



Secretária-geral, Claudia Lyra, e a diretora de Relações Públicas, Andréa Valente

participar do Projeto Jovem Senador, de 19 a 22 de novembro. Na sede do Senado, em Brasília, eles viverão, de forma simulada, a experiência de exercer um mandato.

Com apoio da equipe técnica da Casa, os estudantes tomarão posse em Plenário, elegerão a Mesa, participarão de comissões e apresentarão pré-projetos de lei. Algumas

das propostas poderão ter tramitação real no Senado caso sejam subscritas por algum senador.

Os 27 finalistas serão premiados com notebook, medalha, certificado e publicação de suas redações em livreto produzido pelo Senado.

As escolas dos três primeiros lugares receberão computadores (desktops), publicações técnicas e multimídia produzidas pelo Senado, além de certificado de participação.

— É a construção da cidadania que estamos trabalhando, quicá o despertar de uma vocação de político, de parlamentar, para servir. Porque a política é serviço — explicou Claudia Lyra.

A secretária-geral da Mesa destacou a parceria entre o Senado e as escolas no estímulo ao pensamento por meio da escrita e ao desenvolvimento dos estudantes como cidadãos.

A comissão julgadora do concurso de redação tem sete integrantes — cinco servidores do Senado, um representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e um do Ministério da Educação (MEC). A avaliação é feita com base em critérios como estrutura textual, correção gramatical e desenvolvimento do tema. O concurso e o Projeto Jovem Senador integram o Programa Senado Jovem Brasileiro.

Exposição mostra história da legislação da infância

Com a participação de 30 crianças e educadores do Centro de Convivência de Planaltina Central, o Senado inaugurou ontem a exposição *Era uma vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*.

O evento faz parte das atrações da Semana da Criança e tem 12 painéis emoldurados com ilustrações dos artistas Rodrigo Duarte e Uendel Quintela. Eles narram a evolução do direito da infância no Brasil, desde o Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, conhecido como Código Mello Mattos, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, até os dias atuais.

As crianças ganharam um kit com álbuns de figurinhas, exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente em quadrinhos, de autoria do cartunista Mauricio de Sousa, e pipas personalizadas com os dizeres “Meu direito de brincar”. Em companhia da equipe de Relações Públicas do Senado, elas conheceram todos os 12 painéis e empinaram as pipas fora do Congresso.

Thainara da Silva, 9 anos, disse que a experiência no Senado foi muito divertida.

— Aprendi que a criança deve



Crianças ganham pipas e outros brindes durante a visita para aprender a importância das leis

se divertir, estudar e pode ser uma pessoa na vida.

Com a mesma idade, Maria Fernanda também gostou.

— Aprendi que sem as leis a gente não é nada na vida — afirmou a menina.

Convite à reflexão

Participaram da abertura a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, senadora Ana Rita (PT-ES); a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto; o consultor-geral do Senado, Paulo Mohn; e o diretor da Secretaria Especial de

Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita.

A exposição é um convite à reflexão, segundo Ana Rita, que comemorou os 22 anos do ECA, mas disse que os brasileiros precisam conhecê-lo melhor.

— Toda criança tem direitos e a legislação garante também proteção à mãe e à família para que todos estejam protegidos — afirmou a senadora.

Mesquita disse que crianças merecem atenção especial e destacou a ação do juiz João Cândido de Albuquerque Mello Mattos, com seu primeiro texto de proteção à infância. Claudia

Lyra também falou da importância de Mello Mattos.

— Ele foi a semente dessa preocupação com a questão de a criança ser tratada como criança — disse Claudia.

O coordenador do centro de convivência, Eduardo Carvalho, ressaltou que, com a iniciativa do Senado, as crianças podem aprender sobre valores, desenvolvendo um sentimento maior de cidadania.

A educadora Giovana Pereira também considerou a ação do Senado relevante para as crianças perceberem que são importantes e estão protegidas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa.

PRESIDÊNCIA: Direitos humanos

11h30 José Sarney recebe a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, na sala de audiências.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Imparcialidade e competência do jornal são destacadas pelo senador

Ciro Nogueira lembra 25 anos do *Diário do Povo*, do Piauí

Ciro Nogueira (PP-PI) homenageou ontem, em Plenário, o jornal *Diário do Povo*, do seu estado, pelo aniversário de 25 anos, comemorado em 27 de setembro.

De acordo com o senador, a celebração é merecida em razão do "importante serviço que vem sendo prestado pelo jornal", ao longo de sua existência, de "noticiar com imparcialidade e competência assuntos regionais, nacionais e globais".

— Desde a sua fundação, o *Diário do Povo* faz ampla cobertura de fatos que interessam verdadeiramente à população de nosso Piauí, chegando aos escritórios, bancas de revistas e aos lares dos piauienses para cumprir com isenção e pontualidade a missão de informar — disse.

Entre edições importantes do jornal, Ciro lembrou as coberturas sobre os debates da Constituição de 1988, a campanha Diretas Já, em 1984, e as eleições presidenciais.

Tomás Correia protesta contra restrição ao trabalho de taxistas

Tomás Correia (PMDB-RO) lamentou ontem as dificuldades enfrentadas pelos taxistas para exercerem a profissão. Em discurso no Plenário, o senador informou que, pressionados pelo poder econômico dos donos de empresas de transporte coletivo, os motoristas são constantemente perseguidos e proibidos de trafegar por outros municípios.

— Muitas vezes, as autoridades públicas dos estados, orientadas por empresários do transporte, fazem barreiras para



Discurso de Paim foi motivado pelo Dia do Idoso, 1º de outubro

Paim homenageia idosos e celebra os nove anos do estatuto

O Dia Internacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro, foi citado ontem por Paulo Paim (PT-RS), que lembrou os nove anos de promulgação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03). Para ele, essa lei foi um divisor de águas nas políticas públicas para a terceira idade.

O senador disse que o perfil demográfico da população brasileira vem mudando: além da natalidade em queda, a expectativa de vida, que há algum tempo era de 60 anos, hoje se aproxima de 80 anos. De acordo com o Censo de 2010, o Brasil tem hoje mais de 18 milhões de pessoas com mais de 60 anos (12% da população). Nos próximos 40 anos, esse número deverá chegar a 60 milhões.

— Temos de estar preparados para essa transição demográfica — afirmou.

Paim enfatizou que, apesar da conquista obtida com a criação do estatuto, ainda há muito a melhorar.

não permitir que os táxis façam o transporte intermunicipal — disse.

Tomás leu decisões judiciais favoráveis a taxistas na Bahia e em Minas Gerais e lembrou que não há vedação legal a que um taxista eventualmente leve um passageiro a outro município.

— O assunto já está no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, o exercício da atividade encontra amparo na legislação federal, na Constituição da República e nas decisões de diferentes tribunais do Brasil — enfatizou.

Na opinião do senador, o cidadão tem o direito de escolher o meio de transporte que melhor lhe serve e não pode ser obrigado, por exemplo, a andar só de ônibus.

— Está ocorrendo uma perseguição injusta a trabalhadores, a profissionais que são pais de família e exercem suas atividades de forma lícita e legalmente — afirmou o parlamentar.

Relatório da CPI pode sair antes do dia 4, prazo final

Odair Cunha nega que as investigações sobre Cachoeira serão interrompidas caso os trabalhos não sejam prorrogados. Vice-presidente da comissão diz que decisão sobre o prazo sairá semana que vem

EM MEIO À discussão sobre uma possível prorrogação dos trabalhos da CPI do Cachoeira, o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), disse ter condições de apresentar o relatório antes de 4 de novembro, prazo oficial para encerramento das atividades do colegiado.

Cunha garante ter "elementos fortes e contundentes" sobre o trabalho da organização criminosa. Para ele, o grupo continua atuando, apesar da prisão de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tido como líder de quadrilha que explora jogos ilegais em Goiás e no Entorno do Distrito Federal.

— Não é verdade que se os trabalhos não forem prorrogados os fatos não serão investigados. Não vou antecipar o relatório, mas muito já foi feito. Com as informações que nós temos hoje na CPI mista, já podemos produzir um relatório consistente — afirmou o relator.

Na noite de terça-feira, após a reunião da CPI para ouvir o deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), o relator lembrou que a comissão tem prazo determinado para acabar e afirmou que uma prorrogação só seria possível por meio de uma decisão colegiada.



Vital (E) e Cunha, presidente e relator da CPI, farão reunião sobre prorrogação

— A CPI tem um prazo certo, e prazo existe para ser cumprido. Até que algo seja alterado, trabalho com essa realidade: entregar o relatório final até o dia 4 de novembro — disse o relator da comissão.

Para o vice-presidente da CPI, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), a decisão de adiar o fim dos trabalhos só pode ser tomada após um balanço do que ainda está por ser feito.

— É preciso olhar o estágio atual das investigações e como está o relatório. E isto deve ser feito a partir de uma discussão da qual participe presidente e relator. No mais tardar na semana que vem, haverá uma definição — adiantou o vice-presidente da CPI.

Líderes vão decidir sobre prorrogação em até 180 dias

A decisão sobre a prorrogação pode sair nesta terça-feira, dia 16, quando haverá uma reunião de líderes no gabinete do presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Para quarta-feira, está agendada a votação de parte dos requerimentos pendentes.

A CPI pode ser prorrogada em até 180 dias, com concordância de 171 deputados e 27 senadores — um terço dos representantes de cada Casa do Congresso. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu a prorrogação, diante dos mais de 500 requerimentos a serem apreciados.

Taques pede mais tempo para investigações

Pedro Taques (PDT-MT) voltou a defender a prorrogação da CPI. Ao lado de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), ele iniciou a coleta de assinaturas para apresentação de um requerimento com esse objetivo. Roberto Requião (PMDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) prometeram assinar o documento.

Taques reiterou a importância da CPI em andamento ao

elogiar o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo julgamento do mensalão, que foi investigado na CPI dos Correios.

— Não prorrogar os prazos é enganar os cidadãos. Hoje temos condições de chegar até os financiadores das campanhas eleitorais — observou o senador, que mencionou a existência de "lixo podre e fedendo" a ser investigado pela comissão.

A opinião de Taques recebeu apoio de Tomás Correia (PMDB-RO), Ana Amélia (PP-RS) e Alvaro Dias.



Taques: não se pode enganar o cidadão

Suplicy presta solidariedade a Genoio por julgamento

Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou solidariedade ao ex-presidente do PT José



Senador leu carta da filha de Genoio

Genoio, considerado culpado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do mensalão.

O senador chorou ao ler uma carta pública da filha de Genoio, Miruna. Ela lembra que o pai enfrentou a ditadura colocando "a luta política acima do conforto e do bem-estar individual", critica a postura da imprensa em relação ao pai e defende a inocência dele.

Suplicy disse que os membros do PT também estão preocupados e entristecidos com as condenações de José Dirceu e João Paulo Cunha.

O senador elogiou a oferta de ajuda da presidente Dilma Rousseff ao presidente colombiano, Juan Manuel Santos, nas negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).



Senador diz que táxis são impedidos de fazer transporte intermunicipal

Alvaro Dias, Ana Amélia e Cidinho Santos destacam a necessidade de se resolver a questão financeira das cidades com urgência, para que prefeitos possam fechar as contas e concluir seus mandatos



Ziulkoski (E) discursa em reunião da Confederação Nacional de Municípios acompanhado por Alvaro Dias e Cidinho Santos

Senadores manifestam apoio a prefeituras em crise

OS NOVOS PREFEITOS, eleitos ou reeleitos, vão ter de enfrentar no próximo mandato uma forte crise financeira. A situação ainda é pior para os prefeitos atuais, que não estão conseguindo fechar as contas. Em reunião da Confederação Nacional de Municípios (CNM), ontem, no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), Cidinho Santos (PR-MT) e Ana Amélia (PP-RS) manifestaram apoio às prefeituras.

Cerca de 900 prefeitos e assessores discutiram como cobrar do governo federal as verbas que não chegam aos municípios. De acordo com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, as prefeituras enfrentam uma frustração de receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de R\$ 6,9 bilhões, devido à queda da atividade econômica. Além disso, o governo federal promoveu nova desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI), o que também reduziu as receitas.

Já na despesa, só em restos a pagar devidos aos municípios pela União, o acúmulo é de R\$ 18,2 bilhões. Ainda impactaram na despesa o piso nacional do magistério e o aumento do salário mínimo.

Alvaro Dias ressaltou a importância da rediscussão do pacto federativo.

— Devemos adotar um procedimento de amplitude — defendeu o senador, autor da PEC 23/09, que destina ao FPM 23,5% do produto da arrecadação das contribuições sociais do empregador e da empresa sobre a receita ou faturamento e o lucro.

Já Cidinho Santos criticou a situação dos restos a pagar devidos pela União aos municípios referentes às emendas parlamentares.

— Quando se apresenta uma emenda, demora cerca de dois anos para o recurso ser libera-

do. Aí o projeto já se encontra defasado e não tem reajuste. A prefeitura contrata a construtora, depois da obra pronta apresenta medição, e a Caixa Econômica Federal depende de uma autorização da Secretaria de Relações Institucionais para fazer o pagamento — disse.

Para Ana Amélia, a Federação está “absolutamente desequilibrada”.

— A União concentra 60% do que arrecada, os estados, 23%, e os municípios, só 13%.

Entre as reivindicações, estão R\$ 1,5 bilhão correspondente ao montante do IPI que foi desonerado, R\$ 595 milhões para repor o montante da Cide-Combustíveis não repassado pelo governo e R\$ 8,2 bilhões dos restos a pagar devidos pela União aos municípios. Os prefeitos pediram que o Congresso vote imediatamente o PLS 448/11, de Wellington Dias (PT-PI), que trata da redistribuição dos royalties de petróleo e gás.

Ana Amélia celebra anúncio da criação de fundo emergencial



A intenção do governo federal de criar um fundo emergencial para socorrer os municípios com problemas financeiros em função de medidas econômicas adotadas para combater a crise internacional foi anunciada por Ana Amélia (PP-RS). O fundo segue os mesmos moldes do criado em 2008, pelo ex-presidente Lula.

A senadora explicou que o maior impacto nas contas dos municípios decorre da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor automotivo. O IPI é a principal fonte de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Outra medida que sobrecarregou as contas das prefeituras foi o reajuste do piso nacional dos professores.

Ana Amélia também parabenizou os 40 anos do Sebrae, uma instituição que, em sua avaliação, “tem gerado resultados admiráveis ao impulsionar a inovação no país”.

Cidinho Santos se solidariza com municípios endividados

Cidinho Santos (PR-MT) demonstrou preocupação com o endividamento das prefeituras. Segundo o senador, os municípios acumulam perdas de R\$ 9 bilhões devido a desonerações e a redução de repasses.

Os prefeitos, avaliou o senador, podem acabar sendo prejudicados em razão da Lei da Ficha Limpa.

— O prefeito poderá ser impedido de ser candidato numa próxima eleição e, pior, ser desmoralizado por uma falta que às vezes não é dele, a falta é de repasse dos compromissos assumidos pelo governo federal, dos convênios firmados com os municípios — afirmou.

Cidinho Santos também informou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu da decisão que suspendeu a desocupação da área da Fazenda Suiá-Missu, em Mato Grosso.

Para o senador, “falta sensibilidade à PGR, já que 7 mil famílias de produtores podem ficar desabrigadas para que 300 índios ocupem as terras”.

Braga comemora resultados da indústria em agosto

Eduardo Braga (PMDB-AM) comemorou ontem os resultados da indústria brasileira aferidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



e divulgados esta semana. A produção industrial em agosto cresceu em 9 das 14 áreas pesquisadas, disse o senador, e o Amazonas foi um dos estados onde mais houve expansão, com crescimento de 7,6%, somente superado por Goiás, com 10,3%.

Mesmo com algumas perdas pontuais, como no setor de motocicletas, material eletrônico e aparelhos de comunicação, a indústria amazonense registrou crescimento expressivo, com o

aumento de 7,2% no setor de alimentos e bebidas e de 21,3% no setor de produtos químicos.

— Acreditamos que os auspiciosos resultados da indústria no Brasil

e no Amazonas são os primeiros reflexos das medidas anticíclicas e estruturantes adotadas pelo governo da presidente Dilma com o propósito de reduzir o impacto da crise internacional sobre a economia brasileira — disse em Plenário.

Braga destacou, entre outras ações, a redução da taxa de juros, a ampliação das linhas de crédito dos bancos oficiais, a redução do IPI e a desoneração da folha de pagamento em 40 setores.

Anibal anuncia recuperação de rodovias federais no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou ontem, em pronunciamento, a recuperação de 428 quilômetros de rodovias federais no Acre por meio de programa, já autorizado pela



presidente Dilma Rousseff, que prevê investimentos de R\$ 143,5 milhões nos próximos dois anos.

A ordem de serviço foi assinada no último dia 4 pelo governador Tião Viana, disse Anibal. Segundo ele, o programa prevê a recuperação de duas importantes rodovias do estado: a BR-364, que liga o Acre ao resto do país, e a BR-317, que leva à fronteira com o Peru.

Anibal explicou que a manutenção dessas estradas era

feita pelo governo do Acre, investindo cerca de R\$ 30 milhões mensais. Com a economia, disse o senador, o estado poderá redirecionar recursos para estradas secundárias.

O parlamentar informou ainda que a construção da ponte sobre o Rio Madeira, entre o Acre e Rondônia, também conta com o aval da presidente Dilma Rousseff e o comprometimento do ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

Em aparte, Tomás Correia (PMDB-RO) disse que as obras de recuperação das rodovias serão importantes para as economias do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso.

Cidade de fronteira já pode ter free-shops

Aprovado em setembro pelo Congresso, o projeto que permite a instalação de lojas francas em cidades gêmeas nas regiões de fronteira tornou-se a Lei 12.723/12, que foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A ideia é estimular o consumo de produtos nacionais pelo turista estrangeiro, devido ao preço menor cobrado nos chamados free shops por causa da isenção dos tributos. Relatora do projeto no Senado, Ana Amélia (PP-RS) comemorou a sanção.

Decisão sobre MP do Pasesp fica para terça-feira

Devido a pedido coletivo de vista, foi adiada para terça-feira, na comissão mista que examina o assunto, a votação da Medida Provisória (MP) 574/12. Essa MP prorroga até 31 de dezembro a isenção de PIS-Pasesp e Cofins sobre importação e venda de massas alimentícias. Também oferece benefícios a estados e municípios que pagarem à União as dívidas relativas ao Pasesp.

Se aprovada, a MP seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado. Ontem foi lido na comissão o relatório do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) recomendando a aprovação e o acolhimento de 14 emendas.